Instituto Nacional de Educação de Surdos
Departamento de Ensino Superior
Licenciatura em Pedagogia
Disciplina: Relações etnicorraciais, gênero e diversidades – 60h
Prof. Dr. Gustavo Pinto de Sousa

BALANÇOS, COMPARAÇÕES E SENSIBILIDADES: O LUGAR DA LEI Nº 11.645/2008 NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO PARÁ[1]

Diego Marinho de Gois
Gustavo Pinto de Sousa

INTRODUÇÃO

Neste texto, trataremos de currículos, ou melhor, dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em história no estado do Pará. Nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de formação de professores, foram analisados os dados de ementas, carga horária, bibliografia e a disposição das disciplinas ao longo do percurso acadêmico que atendem à Lei nº 11.645/2008. Por causa do espaço geográfico do Pará e do tamanho de algumas instituições,[2] necessitamos fazer alguns recortes. Em nossa análise, foram considerados os cursos de licenciatura em história dispostos na Tabela 01.

Tabela 01 - Cursos de licenciatura presencial em história nas universidades públicas do Pará

IES	Município	Vagas anuais
Uepa	Belém	80*
Ufopa	Santarém	50
UFPA	Belém	30
UFPA	Bragança	40
UFPA	Cametá	40

[1] Esse texto sofreu adaptação para as normas da plataforma do Núcleo de Educação Online (NEO/DESU/INES). O original encontra-se publicado no livro: SOUSA, Gustavo Pinto de; GOIS, Diego Marinho . *Balanços, comparações e sensibilidades: o lugar da Lei n.11.645/2008 nas Universidades públicas do Pará*. In: Giovani José da Silva e Marinelma Costa Meireles. (Org.). A Lei 11.645/2008: uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades.. 1ed.Curitiba: Appris, 2019, v. 1, p. 43-78.

[2] Em nossa análise, não coube o estudo das licenciaturas integradas em história e geografia pelo Programa Nacional de Formação de Professores (Parfor), que habilita professores em história. Apresentavam cursos do Parfor: Uepa, Ufopa, UFPA e Unifesspa. Ademais, a UFPA, por ser, em números, a maior universidade federal do Pará, apresenta cursos em subunidades e que são coordenados pelos polos estudados.

UFPA	Ananideua	40
Unifesspa	Marabá	40
Unifesspa	Xinguara	40

***As vagas são divididas entre os turnos vespertino e noturno.**

Esses cursos funcionam na modalidade regular e presencial e apresentam seus PPCs disponíveis para consulta em suas páginas da internet. Nesse sentido, as análises foram realizadas com base nos documentos oficiais — currículo oficial — que os cursos de licenciatura em história apresentam em suas instituições e que são posteriormente avaliados pela comissão avaliadora do MEC/Inep. Temos ciência de que o currículo que pesquisamos e analisamos tem um caráter pré-ativo, isto é, os PPCs funcionam como documento oficial que as universidades apresentam à sociedade sobre os temas, os conteúdos, as metodologias e os "lugares de fala" que os discentes aprenderão ao ingressar naquela Instituição de Ensino Superior (IES).

Por fim, a redação a seguir traz observações que buscaram examinar o "lugar de fala" de homens, mulheres, crianças africanas, afrodescendentes e indígenas nos currículos de licenciatura em história das universidades públicas do Pará. É uma forma de compreensão de como a Lei nº 11.645/2008 está sendo exercida na formação dos futuros professores de história. De forma geral, as linhas que sucedem foram um exercício de uma análise movida pelas sensibilidades, na defesa dos protagonismos e na promoção da pluralidade.

ENTRECRUZANDO PERCURSOS: AS AFRICANIDADES NOS CURRÍCULOS DE HISTÓRIA NO ENSINO SUPERIOR NO PARÁ

A partir da seleção dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em história das universidades públicas — estadual e federal —, podemos apresentar, conforme a Tabela 02, os seguintes dados sobre as "disciplinas das áreas de história da África, história e cultura afro-brasileiras e educação etnicorracial".

Tabela 02 - Presença da temática de história da África e cultura afro-brasileira e africana nos cursos de licenciatura presencial em história nas universidades públicas no Pará

IES	Disciplina	Percurso	CH*	CHTC**
Uepa	1) História da África 2) História e Cultura Afro-brasileira	4º 7º	80h 60h	140h
Ufopa	1) História da África I 2) História da África II 3) Educação Etnorracial 4) Estudos Temáticos em	7º 8º 9º Eletiva	85h 85h 75h 60h	305h

	História da África			
UFPA (Belém)	1) História da África	4º	68h	68h
UFPA (Bragança)	1) História da África 2) História e Cultura Afro-brasileira e Africana 3) Literatura Africana em Língua Portuguesa	7º 7º Eletiva	51h 51h 51h	153h
UFPA (Cametá)	1) História da África Pré-colonial 2) História e Cultura Afro-brasileira 3) História da África Contemporânea	Bloco I Bloco II Bloco VI	68h 85h 68h	221h
UFPA (Ananideua)	1) História da África no Século XX 2) História e Cultura Afro-brasileira	5º 8º	60h 60h	120h
Unifesspa (Marabá)	1) História das Sociedades Africanas 2) História e Cultura Afro-brasileira 3) Estratégias de Ensino de História para as Relações Étnico-raciais 4) África Colonial e Pós-colonial	3º 7º 7º 8º	34h 68h 68h 34h	204h
Unifesspa (Xinguara)	1) História da África	4º	68h	68h

***Carga horária.**
****Carga horária total de História da África e Cultura Afro-brasileira no curso.**
Fonte: Pesquisa em projetos pedagógicos de cursos de história, 2018.

Pelos dados apresentados, os oitos cursos de formação de professores — as licenciaturas — das universidades federais e da estadual do Pará atendem à legislação sobre a obrigatoriedade do ensino de história da África e cultura afro-brasileira e africana. Há entre elas algumas peculiaridades que merecem ser observadas. A partir da análise dos ementários e das bibliografias usadas nos PPCs de história, notamos que algumas IES têm discrepância de carga horária em relação à área de história da África e cultura afro-brasileira e africana.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), localizada em Santarém, assume a ponta da tabela ao dedicar 305 horas de seu currículo para as disciplinas que contemplam o "lugar de fala" das questões sobre Áfricas e africanidades. Em seu currículo, existem três disciplinas — História da África I e II —obrigatórias que discutem as questões da história africana. Além disso, a disciplina Educação Etnorracial ocupa-se de fazer o debate entre a história da África e a chegada e a presença dos descendentes de africanos e africanas no Brasil. Ademais, a disciplina Estudos Temáticos em História da África, optativa, oferece ao docente do curso a liberdade de abordar outras perspectivas de história da África no percurso do aluno em seu trajeto curricular.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA) de Cametá, as disciplinas História da África Pré-colonial, África Contemporânea e História e Cultura Afro-brasileira correspondem a 221h do currículo da licenciatura em história. São três disciplinas obrigatórias, sendo as duas primeiras dedicadas aos estudos africanos, e a terceira, ao diálogo entre África e Brasil. Na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) de Marabá, representante das regiões sul e sudeste do Pará, há quatro disciplinas obrigatórias que contemplam os estudos de história da África e cultura afro-brasileira. Na instituição, História das Sociedades Africanas e África Colonial e Pós-colonial são componentes que atendem às análises das diferentes histórias do continente africano. Já História e Cultura Afro-brasileira traz em sua ementa a interação entre as duas margens do Atlântico. De todos os currículos do Pará, há na Unifesspa de Marabá a disciplina Estratégias de Ensino de História para as Relações Étnico-raciais, que inter-relaciona os estudos de Educação Etnorracial — sentido histórico da construção de raça no Brasil — com a preocupação de criar estratégias para o ensino de história.

Na UFPA de Bragança, as disciplinas História da África e Cultura Afro-brasileira e Africana compõem 153h do currículo de licenciatura em história. Há uma História da África, componente obrigatório, com um sentido de História Geral da África. Em seguida, História e Cultura Afro-brasileira e Africana na esteira dos debates de afro-Brasil e, por fim, uma disciplina eletiva, Literatura Africana em Língua Estrangeira, que apresenta a literatura como objeto. Ademais, essa eletiva insere-se dentro dos estudos africanos, em proximidade com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palops), ao iluminar as literaturas de países como Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Na licenciatura em história da Universidade do Estado do Pará (Uepa), em Belém, as disciplinas do universo curricular de história da África e cultura afro-brasileira são de 140h. Há uma História da África, com carga horária de 80h, de caráter geral. Sua proposta é semelhante à do curso de História da África da UFPA de Bragança. Além disso, há História e Cultura Afro-brasileira, com 60h, que atende aos debates entre África e Brasil.

Na UFPA de Ananideua, a disciplina História da África no Século XX, com carga horária de 60h, aborda a história do continente africano da ascensão do imperialismo aos processos de independência. Sua abordagem privilegia o século XX, em detrimento de outras temporalidades. Ademais, a licenciatura em história compreende a disciplina História e Cultura Afro-brasileira, que também se insere nas temáticas dos estudos culturais do Brasil e da África. No total, em Ananindeua, a licenciatura em história oferta 120h no currículo para a área.

A UFPA da capital, Belém, e a Unifesspa de Xinguara foram as duas instituições que apresentaram a menor carga horária para a disciplina obrigatória História da África. Com 68h, as duas ementas têm História da África dentro dos aspectos gerais, conforme observamos na UFPA de Bragança e na Uepa.

Em linhas gerais, quando fazemos o exercício de questionar quanto de carga horária os cursos de História da África e Cultura Afro-brasileira têm dentro da carga horária total, chegamos às seguintes considerações: 8,76% (Ufopa); 7,35% (UFPA de Cametá); 6,67% (Unifesspa de Marabá); 5,27% (UFPA de Bragança); 3,76% (Uepa); 3,74% (UFPA de Ananideua); 2,26% (UFPA de Belém); e 2,11% (Unifesspa de Xinguara).[3]

Após mostrar como estão distribuídas as disciplinas nos currículos, atentaremos para os entrecruzamentos possíveis.

As disciplinas História da África apresentam-se de forma geral — História da África — ou de forma subdivida — História da África I e II, História da África Pré-colonial, História da África Contemporânea, História das Sociedades Africanas e África Colonial e Pós-colonial. Onde há a subdivisão da disciplina, o critério temporal é o fio condutor. Nas disciplinas História da África I e em suas similares, a ementa consiste em:

> A escrita da História e a História da África; África antiga e medieval; Política e cultura na África saariana e o Islamismo em África; A modernidade e África. Escravidão como instituição africana. História Atlântica. Comércio trans/intercontinental: conflitos escravistas. Desarticulação do tráfico de escravos. África e Ensino de História. (UFOPA. PPC de Licenciatura em História, 2018, p. 67).

Em linhas gerais, a preocupação desse agrupamento é apresentar, na primeira disciplina de África do curso, os aspectos da história da África entre o período da Antiguidade africana e a interação da África nos quadros do desencravamento planetário. É importante salientar que, em quase todos os ementários, houve a preocupação em entender a África pela África, e não a história de um continente a partir de apêndices de outras histórias. Assim como nas disciplinas há uma pulsante historiografia escrita por autores africanos e africanistas brasileiros e europeus.

[3] Para se chegar aos percentuais, levou-se em consideração o total de carga horária dos cursos, conforme estabelecidos nos PPCs: 3.720h (Uepa); 3.470h (Ufopa); 3005h (UFPA de Belém); 2.903h (UFPA de Bragança); 3.005h (UFPA de Cametá); 3.203h (UFPA de Ananideua); 3.056h (Unifesspa de Marabá); e 3.209h (Unifesspa de Xinguara).

Assim, uma história da África feita por africanos e africanas, e demais pesquisadores e pesquisadoras sensíveis às particularidades das múltiplas historicidades daquele continente. Uma narrativa ativa e altiva das singularidades das experiências africanas.

Entretanto, as disciplinas de história da África de caráter geral variaram em suas ementas. O perigo de uma disciplina geral é o inchaço ou o esvaziamento da temática no currículo. Não cabe neste texto uma crítica aos núcleos docentes estruturantes dos cursos (NDEs), mas é importante observar que a disciplina, em seu aspecto geral, avança pouco para as novas descobertas da pesquisa e da escrita da história da África.

Entretanto, a ementa de história da África na Uepa nos alerta para o imbricar entre a história da África e a história do Brasil. De acordo com o ementário:

> Civilizações e sociedades africanas, destacando na África do Norte, o Egito antigo e os povos bérberes; na África subsaariana, os povos de Senegâmbia, do Congo — Angola, de Moçambique e Madagascar — A África Ancestral — História, Arte e Cultura. Escravidão e tráfico de escravos inaugurado na Idade Moderna. **Relações com a formação da sociedade brasileira no contexto das relações atlânticas. A África no Brasil. Quilombos na Amazônia. Religiosidades africanas e afro-brasileiras. Vocabulário afro-brasileiro. Gastronomia Afro-brasileira. Poéticas afro-brasileira e afro-amazônica. Arte africana e afro-brasileira. Corporeidade Afro-brasileira. Política de ações afirmativas e Movimento Negro. Metodologias de ensino e estratégias curriculares para a implantação da Lei 10.639/03.** (Uepa. PPC de Licenciatura em História, 2008, p. 56; grifo nosso).

Para uma disciplina de caráter geral, História da África no curso de licenciatura em história da Uepa corre o risco de trazer um excesso de conteúdo em sua ementa. O curso inicia-se com a formação dos povos e das culturas no continente africano — da Antiguidade à modernidade — e de repente embarca rumo às relações atlânticas. A história da África precisa ser escrita e estudada a partir das peculiaridades africanas. O processo de diáspora, com a "relação com a formação da sociedade brasileira no contexto das relações atlânticas", é entendido e faz parte da história da África; no entanto, após esse processo, há uma afirmação da história do Brasil sob a África.

E hoje os avanços das pesquisas em história nos permitem dialogar com diferentes autores africanos e suas obras. A título de exemplo, desde 2010 encontram-se na internet os oitos volumes de *História geral da África*, traduzido para o português, uma reunião de textos sobre a história da África com autores africanos que contemplam, nas palavras de Muryatan Barbosa, a "perspectiva africana como prerrogativa historiográfica" (LIMA, 2012; BARBOSA, 2011). Além disso, após os estudos de diáspora e das entradas de cultura afro-brasileira, o processo de história da África nos séculos XIX, XX e XXI são lacunas na ementa

do curso. Pois há um espaço de temáticas de afro-Brasil no curso de história da África. Ademais, a última parte da ementa se confunde com a disciplina História e Cultura Afro-brasileira ao repetir que se deverá estudar:

> A África no Brasil. Quilombos na Amazônia. Religiosidades africanas e afro-brasileiras. Vocabulário afro-brasileiro. Gastronomia Afro-brasileira. Poéticas afro-brasileira e afro-amazônica. Arte africana e afro-brasileira. Corporeidade Afro-brasileira. Política de ações afirmativas e Movimento Negro. Metodologias de ensino e estratégias curriculares para a implantação da Lei 10.639/03. (Uepa. PPC de Licenciatura em História, 2008, p. 66).

Portanto, há, no currículo de história da Uepa, um entrecruzar da história da África com a história do Brasil. E os temas e fenômenos pertinentes à África contemporânea perdem espaço para as temáticas da disciplina Cultura Afro-brasileira.

Já na disciplina História da África Contemporânea e suas subdivisões constata-se o estudo da África em finais do século XIX e no século XX. Basicamente, inicia-se com a Conferência de Berlim, em 1885, e as lutas de independência pelas Áfricas durante o século XX. Nesse sentido, as temáticas de imperialismo, assimilação, crioulidade, nacionalismo na África, independência, nacionalismos, pós-independência, globalização e novas identidades predominam nas ementas. Em síntese, o curso de licenciatura de Cametá pontua, em sua ementa de História da África Contemporânea:

> Trata da organização política, social e cultural da África, do século XVI aos dias atuais; a formação histórica e geográfica dos povos africanos antes da divisão da África, salientando a importância da variedade das culturas "pré-coloniais" para repensar os projetos nacionalistas dos movimentos de independência; **a ocupação colonial na perspectiva dos africanos**; as lutas pela independência política dos países africanos; as ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel das principais lideranças negras na luta pela independência ou contra o regime do *apartheid* sul-africano. (UFPA de Cametá. PPC de Licenciatura em História, 2010, p. 52; grifo nosso).

É importante salientar que é preciso estudar essa interferência na história dos africanos pelos interesses europeus ao se considerar "a ocupação colonial na perspectiva dos africanos" para evitar a tentação de uma história dos vencedores e dos vencidos, dos fortes e dos fracos, dos desenvolvidos e dos subdesenvolvidos. Segundo Terence Ranger, os movimentos de resistência dos africanos contra a presença europeia imperialista significaram uma luta contra a ideia de passividades das culturas africanas em não resistir à presença europeia no continente. Para o autor, "há mais de vinte anos, os movimentos de resistência eram tidos

simplesmente como impasses que a nada levaram. Na última década, porém, tem-se vigorosamente defendido que, por todos os ângulos, esses movimentos se voltavam para o futuro" (RANGER, 2010, p. 65). Para ele, o sentimento "protonacionalista", para mencionar Eric Hobsbawm, dos movimentos de independência na África emergiu da memória da luta dos africanos e das africanas que resistiram contra a presença dos predadores, conforme apelidou o escritor angolano Pepetela.

Paralela à lei sobre o ensino de história da África, a disciplina História e Cultura Afro-brasileira e Africana também está presente nos currículos das universidades. O emprego do nome também sofre variações de uma instituição para outra. Em algumas, ela leva o nome da lei e, em outras, traz apenas História e Cultura Afro-brasileira, ou Educação Etnorracial. Entretanto, suas ementas têm caráter uniforme. Na Unifesspa de Marabá, a disciplina registra o seguinte na ementa:

> O negro no imaginário nacional. Raça e racismo no Brasil. Religiões de matriz africana: unidade e diversidade. Quilombos, movimentos de resistências e movimentos sociais negros. Cultura e diversidade no Brasil. História e Cultura Afro-brasileira e os sistemas de ensino no Brasil. (Unifesspa de Marabá. PPC de Licenciatura em História, 2013, p. 52).

As disciplinas História e Cultura Afro-brasileira e Africana têm enfoque na análise da hibridação identitária dos sujeitos e dos quadros culturais do Brasil e da África. Encontram-se discussões sobre raça, racismo, racialismos e etnias, assim como a história dos quilombos, quilombolas e o histórico do Movimento Negro como uma instituição política e social. Destaca-se que, em algumas universidades públicas, há processo seletivo especial para o ingresso de alunos e alunas das comunidades remanescentes de quilombolas, como no caso da Ufopa, da Unifesspa e da UFPA. Ademais, os PSEs também contemplam os discentes das comunidades indígenas.

Além disso, essa obrigatoriedade da lei contribuiu para a valorização da educação quilombola e a importância de uma pedagogia específica que atenda às demandas das áreas e que não reproduza nas comunidades remanescentes de quilombos e também indígenas um saber escolar eurocêntrico e que subalternize os sujeitos.

Por fim, os cursos de formação de professores no estado do Pará têm contemplado as discussões das Áfricas, assim como dos afrodescendentes. Entre a discrepância da distribuição das cargas horárias das universidades, a temática aparece nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em história do Pará. Com isso, notamos não só

interação de “mandigas, cambidas, haussás”, mas também de outras culturas que vieram de lá para cá e que foram daqui para lá. O universo africano e afro-brasileiro faz no Pará algo peculiar: a discussão de uma afro-Amazônia, na qual africanos, africanas, afro-brasileiros e indígenas caminham juntos em nome das múltiplas identidades e da diversidade.

O (NÃO) LUGAR DOS ÍNDIOS NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE HISTÓRIA NO PARÁ

Em relação à temática indígena observa-se do quadro dos PPCs, em seus vários componentes curriculares que formam a grade dos cursos, nas ementas ou nos programas das disciplinas:

Tabela 03 - Presença da temática indígena nos cursos de licenciatura presencial em história nas universidades públicas no Pará

IES	Disciplinas	Percurso	CH	CHTC
Uepa (Belém)	1) Arqueologia e História Indígena na Amazônia	1º	60 h	440 h
	2) História do Indigenismo e Educação Escolar Indígena	8º	60 h	
	3) História do Brasil I	3º	80 h	
	4) História do Brasil II	4º	80 h	
	5) História da América I	3º	80 h	
	6) História da Amazônia I	4º	80 h	
UFPA (Ananindeua)	1) História da Amazônia Indígena e Colonial	2º	75 h	285 h
	2) História da América Indígena e Colonial	2º	75 h	
	3) História do Brasil Indígena e Colonial	2º	75 h	
	4) História Aplicada a Educação Indígena e Comunidades Tradicionais	5º	60 h	
UFPA (Belém)	1) História Indígena e do Indigenismo	4º	68 h	68h
UFPA (Bragança)	1) História Indígena e do Indigenismo	7º	51 h	51 h
UFPA (Cametá)	1) História Indígena e do Indigenismo	8º	68 h	340 h
	2) História do Brasil Indígena e Colonial	2º	85 h	
	3) História da Amazônia Indígena e Colonial	3º	68 h	
	4) História da América Indígena e Colonial	3º	68 h	
	5) História Aplicada a Educação Indígena	4º	51 h	
Ufopa (Santarém)	1) História Indígena e do Indigenismo	9º	85 h	160 h.
	2) Educação Etnorracial	9º	75 h	
Unifesspa (Marabá)	1) Epistemologia e Diversidade	1º	34 h	408 h
	2) História da América Portuguesa	4º	68 h	
	3) Conquista e Colonização das Américas	4º	68 h	
	4) Cultura e Natureza na Amazônia	7º	34 h	

	5) História Indígena e do Indigenismo na Amazônia 6) Sociedades Autóctones das Américas 7) Estratégias de Ensino de História para as Relações Étnico-raciais	6º 2º 7º	68 h 68h 68 h	
Unifesspa (Xinguara)	1) História do Sul e Sudeste do Pará 2) Sociedades Autóctones das Américas; 3) Conquista e Colonização das Américas 4) História da Amazônia I 5) História da América Portuguesa 6) História Indígena e do Indigenismo 7) Estratégias de Ensino I: Gênero, Etnia e Identidades	1º 2º 3º 3º 3º 7º 1º	68 h 68 h 68 h 68 h 68 h 68 h 68 h	476 h

Fonte: Sistematização dos dados disponíveis nos PPCs dos cursos de história.

Os dados da Tabela 03 apontam para a inclusão da categoria indígena em diversas disciplinas das matrizes curriculares dos cursos de história analisados. Além dos componentes história indígena e indigenismo serem encontrados em todos os PPCs, destacamos as grades dos cursos da UFPA de Ananindeua e Cametá, onde História do Brasil Colônia e América Colonial também são acrescentadas à palavra Indígena, dando destaque à discussão no contexto da história indígena no período colonial, o que não reverbera para o Brasil Império e a República, pelo menos na nomenclatura curricular. Outra demanda encontrada diz respeito à discussão sobre Educação Indígena e Educação Etnorracial, presente nos cursos da Uepa, UFPA (Cametá), Ufopa (Santarém) e Unifesspa (Marabá e Xinguara).

Com relação à presença de carga horária nos cursos de história que apontam para a discussão indígena, dentro da carga horária total, encontramos os seguintes percentuais: 14,83% (Unifesspa de Xinguara); 13,35% (Unifesspa de Marabá); 11,82% (Uepa); 11,31% (UFPA de Cametá); 8,89% (UFPA de Ananindeua); 4,61% (Ufopa); 2,26% (UFPA de Belém); e 1,75% (UFPA de Bragança).[4]

O curso de história da UFPA, oferecido em Belém, teve seu PPC aprovado em 2011, sendo uma reformulação dos PPCs anteriores. No tópico "Núcleo de formação histórica e historiográfica", o documento

> […] propõe o abandono de disciplinas como História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea, em favor de disciplinas que abordem tópicos específicos, os quais tenham relação mais direta com a experiência histórica brasileira e que permitam, também, um enfoque circunscrito (e, portanto, mais

[4] Para se chegar aos percentuais, levou-se em consideração o total da carga horária dos cursos, conforme estabelecidos nos PPCs: 3.720h (Uepa); 3.470h (Ufopa); 3005h (UFPA de Belém); 2.903h (UFPA de Bragança); 3.005h (UFPA de Cametá); 3.203h (UFPA de Ananideua); 3.056h (Unifesspa de Marabá); e 3.209h (Unifesspa de Xinguara).

> profundo) sobre a historiografia existente. (UFPA de Belém. PPC de Licenciatura em História, 2011, p. 6).

A mudança do aporte cronológico também é redimensionada para as disciplinas de história da América, dando enfoque à conformação política, em detrimento da temporal, como: "a formação colonial, os processos de conformação dos estados nacionais, os regimes de exceção, as relações contemporâneas e da Pan-Amazônia" (UFPA de Belém, PPC de Licenciatura em História, 2011, p. 6). Nota-se uma preocupação em apresentar uma crítica ao modelo tradicional dos currículos de história, organizados pelo quadripartido francês e pelos marcos cronológicos, sendo substituído por tópicos temáticos.

Com relação à disciplina História Indígena e do Indigenismo, de 60h, ofertada no segundo período do percurso, ao lado de História da África e História da Amazônia I, ela apresenta a seguinte ementa:

> Formação de um campo de estudos. Políticas indigenistas na América portuguesa e no Brasil imperial e republicano. Políticas indigenistas e sua relação com as questões ambientais no passado e no presente; Trabalho, territorialidade, meio-ambiente e etnicidade. Papel das populações indígenas na história e sua relação com o meio-ambiente [*sic*]. As populações indígenas na e em sala de aula. Ensino de história e populações indígenas. (UFPA de Belém. PPC de Licenciatura em História, 2011, p. 11).

Percebe-se que a proposta procura suprir uma demanda bastante extensa em suas dimensões temporais e espaciais ao ressaltar as políticas indigenistas na perspectiva da longa duração, além de apresentar como foco as questões ambientais, objeto de demanda da CP/CNE nº 2/2012. Por essa resolução, as licenciaturas devem atuar na promoção dos direitos humanos, da educação ambiental, na execução da Lei nº 11.645/2008 e na acessibilidade e na garantia de meios aos portadores de transtorno global do desenvolvimento.

Notam-se ainda os desafios de analisar os conceitos de trabalho, territorialidade, meio ambiente e etnicidade, ao passo que se deve evidenciar a história indígena no ensino de história. A ementa silencia a presença indígena na região, generalizando as populações na história e sua relação com o meio ambiente.

Com relação ao curso de história da UFPA de Ananindeua, localizada na chamada "Zona Metropolitana de Belém", seu projeto pedagógico aponta que, "mesmo tratando-se de uma área metropolitana, a presença de diversas comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas registradas na região exigem [*sic*] atenção dos estudos históricos" (UFPA de Ananindeua. PPC de Licenciatura em História, s.d., p. 4). A categoria indígena aparece em

diversas disciplinas, em especial no contexto colonial e na área de ensino, sendo: História da Amazônia Indígena e Colonial, História da América Indígena e Colonial, História do Brasil Indígena e Colonial e História Aplicada à Educação Indígena e Comunidades Tradicionais, o que soma a carga horária de 285h. Verifica-se que a temática indígena perde destaque no pós-Independência, no Brasil Império e na República, assim como nas disciplinas de Amazônia e América, pós-colonial.

Um diferencial na proposta do curso de história de Ananindeua está presente na descrição dos estágios supervisionados, em que "as ações básicas previstas para o estágio supervisionado docente de História são essencialmente de inserção no exercício da docência nos níveis de Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos, Indígena e Comunidades Tradicionais" (UFPA de Ananindeua. PPC de Licenciatura em História, s.d., p. 12). No entanto, não fica claro como essa questão é desenvolvida, uma vez que tal demanda não é aprofundada nas ementas dos Estágios, ficando genérica a previsão apontada.

No que concerne ao PPC do curso de história da UFPA de Bragança, datado de 2012, observa-se uma preocupação com a política de inclusão, articulada com a Lei nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e, finalmente, a Lei nº 11.645/2008. Nesse sentido, são traçados alguns objetivos, como:

> a) uma ampla discussão das ementas das disciplinas do curso de forma a corresponderem à necessária ênfase e valorização das matrizes culturais africana e indígena, considerando-se que as mesmas não devem ser encapsuladas em disciplinas específicas, como História da África e História Indígena e do Indigenismo, já obrigatórias, mas alterar todo o desenho curricular da graduação em história;
> b) a formação de grupos de estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena, como o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e/ou o Núcleo de Estudos Afro-indígenas (NEAI), que deverão ser núcleos acadêmicos que desenvolvam pesquisas e atividades explicitamente vinculadas aos estudos afro-brasileiros e africanos e indígenas e à educação das relações étnico-raciais. (UFPA de Bragança. PPC de Licenciatura em História, 2012, p. 41).

Conforme pode ser observado na proposta curricular do curso de história de Bragança, a temática indígena, mesmo sendo objeto de disciplina específica (História Indígena e do Indigenismo), com 51h, é apontada como meta a modificar toda a grade do curso, articulada a ampla discussão sobre ações afirmativas e relações étnico-raciais.

Em se tratando do curso de história de Cametá, que teve o PPC aprovado em 2010, além de apresentar um leque de disciplinas com o nome indígena na definição, somando

340h, apresenta um Núcleo de Formação Pedagógica, com 408h, no qual "o aluno se aprofunda para o exercício do magistério no Ensino Fundamental, Médio e Educação Indígena, através dos conteúdos e atividades de dimensão didático-pedagógica" (UFPA de Cametá. PPC de Licenciatura em História, 2010, p. 18). O Núcleo de Formação Pedagógica é formado pelas seguintes disciplinas: Seminário de Filosofia e Educação, Seminário de História e Educação, Seminário de Psicologia e Ensino, Libras, História Aplicada ao Ensino Fundamental, História Aplicada ao Ensino Médio, História Aplicada à Educação Indígena, conforme o Anexo II do PPC do curso de história da UFPA de Cametá. Acrescenta ainda a disciplina História Indígena e do Indigenismo, que no PPC aparece como vacante de professor.

O curso de licenciatura em história oferecido pela Uepa, em Belém, também apresenta disciplinas que abordam a temática indígena. Com base no PPC do curso de 2008, encontramos os seguintes componentes: Arqueologia e História Indígena na Amazônia (60h); História da América I (80h), destinada a estudar, entre outros conteúdos, "O mundo pré-colombiano: inca, asteca, maia e tupi. Choque de culturas: índio e branco no Novo Mundo"; História da Amazônia I (80h), com "Discussão acerca dos processos de interação entre as sociedades indígenas, europeias e africanas"; História do Brasil I (80h), com "Sociedades indígenas antes dos europeus. Sociedades indígenas em tempos de conquista. O novo Éden: a conquista portuguesa na América. Economia e sociedade: escravidão e trabalho livre na Colônia"; História do Brasil II (80h), com "Raça, cotidiano e levantes sociais: negros, índios e brancos do Império"; e História do Indigenismo e Educação Escolar Indígena (60h), que visa a "Discutir o caráter introdutório sobre a história indígena, a partir da leitura de alguns autores representativos que escreveram sobre o tema. Neste sentido, faremos uso de autores da História, Antropologia Social e Teoria Literária, cujas obras vêm dando contribuições à compreensão da história do índio e do indigenismo. Estudo e análise da organização e abordagens teóricas e metodológicas da educação escolar indígena", conforme os ementários do PPC.

Deixando a Região Metropolitana de Belém em direção ao interior, o curso de licenciatura em história é ofertado pela Ufopa, especificamente na cidade de Santarém. No PPC do curso, datado de 2017, deparamos com a informação de cumprimentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004; assim, os docentes responsáveis pelas

disciplinas de História da África I e II, História Indígena e do Indigenismo, Antropologia e História e Educação Étnico-racial atendem à legislação vigente (Ufopa. PPC de Licenciatura em História, 2018, p. 28).

O PPC ainda destaca a Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015, que "Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio", objetivando construir estratégias diferenciadas de realização dos estágios supervisionados, tendo como referência as escolas indígenas como campo de pesquisa e de regência da sala de aula. O documento justifica a proposta tendo em vista a "forte presença de populações indígenas, inclusive com um número significativo de discentes nos cursos da Universidade, em especial no Instituto de Ciências da Educação, responsável pela formação de professores" (Ufopa. PPC de Licenciatura em História, 2018, p. 82).

No sudeste do estado do Pará, a Unifesspa disponibiliza os cursos de história em Marabá e em Xinguara. O PPC do curso de história de Marabá apresenta como contexto local e regional a informação de que

> […] a Amazônia Oriental brasileira destaca-se pela dinâmica dos conflitos em torno de interesses de ordenamento social e de domínio territorial envolvendo, notadamente, redes do grande capital (agronegócio, mineração, hidronegócio) e diferentes grupos sociais (camponeses, indígenas, extrativistas, quilombolas e segmentos diversos de trabalhadores rurais e urbanos etc.). (Unifesspa de Marabá. PPC de Licenciatura em História, 2013, p. 9).

Com relação à temática indígena presente nas disciplinas, encontramos: Epistemologia e Diversidade (34h); História do Sul e Sudeste do Pará (68h); Sociedades Autóctones das Américas (68h); História da América Portuguesa (68h); Conquista e Colonização das Américas (68h); História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (68h); e Cultura e Natureza na Amazônia (34h), o que equivale a 408h totais com discussão que dialoga com a temática indígena (Unifesspa de Marabá. PPC de Licenciatura em História, 2013, p. 82).

Em Xinguara, o PPC data de 2016, e o conceito indígena é discutido nas disciplinas, conforme as ementas apresentam: História do Sul e Sudeste do Pará (68h), em que se discutem "povos indígenas no vale do Araguaia, Tocantins, Itacaiúnas e Xingu. Povoamentos não indígenas. Relações e conflitos interétnicos"; Sociedades Autóctones das Américas (68h), com "A diversidade cultural dos povos autóctones e sua organização política, econômica, religiosa e cultural nos Andes, Meso-américa e América do Norte e suas respectivas tradições históricas"; Conquista e Colonização das Américas (68h), com "O sistema de tributos

indígenas; relações de trabalho; aspectos culturais; mestiçagem"; História da Amazônia I (68h), com "Sociedades indígenas antes da colonização. Conquista e projetos de colonização da coroa portuguesa. Região, fronteira e meio ambiente. Relações de trabalho e conflitos interétnicos: escravidão e liberdade. Religião e religiosidades amazônicas: pajelança cabocla, afro-Amazônia caribenha e saberes populares. História e Natureza na Amazônia Portuguesa"; História da América Portuguesa (68h), com "Sociedades indígenas antes dos europeus e em tempos de conquista. A formação do mundo colonial brasileiro"; História Indígena e do Indigenismo (68h), com "Discutir a formação de um campo de estudos da história indígena e do indigenismo; Tratar acerca das políticas indígenas e indigenistas na América portuguesa, no Brasil imperial e republicano; compreender as perspectivas e categorias que alimentam essa discussão; Os povos indígenas na e em sala de aula. Ensino de história e povos indígenas: a temática indígena na escola"; e Estratégias de Ensino I: Gênero, Etnia e Identidades (68h), com "Estudos de Gênero, etnicidade e identidade no ensino de História. Diálogos da história com outras ciências sociais sobre gênero, etnia e identidades. Estudos de gênero e de etno-história no Brasil: trajetórias dos negros, indígenas e migrantes na cultura brasileira; Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e 11.645, de 10 março de 2008. Cultura e diversidade no Ensino de História. (Re)elaboração de identidades e afirmação étnica. Fontes e metodologia da história para pesquisa/ensino sobre gênero, etnia e identidades na cultura escolar" (Unifesspa de Xinguara. PPC de Licenciatura em História, 2016, p. 55-91).

O projeto pedagógico do curso de licenciatura em história de Xinguara ainda informa sobre "a compreensão para a Educação das Relações Étnico-raciais a partir da Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, e buscará na formação de seus egressos prepará-los para o trato da questão no âmbito do ensino básico, entendendo o que estabelece o Art. 26 da citada Lei" (Unifesspa de Xinguara. PPC de Licenciatura em História, 2016, p. 21).

Portanto, pela leitura dos PPCs analisados, constatamos a ausência de um projeto decolonial, que atente para a centralidade indígena, pois, se todos os currículos apontam para a importância dos cursos de história tendo em vista a presença na Amazônia de diversos povos indígenas, estes precisam ser protagonistas de suas histórias.

REFERÊNCIAS

ABREU, H.; MATTOS, M. Em torno das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas": uma conversa com historiadores. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2008.

BARBOSA, M. Perspectiva africana na história geral da África (Unesco). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. ANPUH. *Anais*... São Paulo, 2011. v. 1.

BRIGHENTI, C. A. Decolonialidade, ensino e povos indígenas: uma reflexão sobre a Lei nº 11.645. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. *Anais*... Florianópolis, 2015.

CAIMI, F. E. A licenciatura em história frente às atuais políticas públicas de formação de professores: um olhar sobre as definições curriculares. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 6, ago. 2013.

GOIS, D. M.; SOUSA, E. A. Estudiantes indígenas en la Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Santarém, Brasil: Waiwai, Arapium y Tupinambá. *Boletín Americanista*, Barcelona, ano LXVII, v. 2, n. 75, 2017.

HOBSBAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.CONSTRUÇÃO E ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA. *Anais*... Lisboa: Linopazas, 1995.

LUCIANO, G J. S.; OLIVEIRA, J. C.; HOFFMANN, M. B. (Org.). *Olhares indígenas contemporâneos*. Brasília: Centro Indígena de Estudos e Pesquisa, 2010.

PESAVENTO, S.; LANGUE, F. *Sensibilidades na história*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SANTOS, E. N. Da importância de pesquisarmos história dos povos indígenas nas universidades públicas e de a ensinarmos no Ensino Médio e Fundamental. *Revista Eletrônica da Anphlac*, n. 4, 2005.

UEPA. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em história*. Belém, 2010. Disponível em: <http://www.uepa.br/>.

UFOPA. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em história*. Santarém, 2017. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/academico/graduacao/cursos/iced/licenciatura-plena-em-historia>.

UFPA. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em história*. Ananindeua, [s.d.]. Disponível em: <http://campusananindeua.ufpa.br/index.php/graduacao/historia>.

UFPA. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em história*. Bragança, 2012. Disponível em: <https://www.campusbraganca.ufpa.br/index.php/curso-de-historia>.

UFPA. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em história*. Cametá, 2010. Disponível em: <http://www.campuscameta.ufpa.br/index.php/curso-historia>.

UNIFESSPA. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em história*. Marabá, 2014. Disponível em: <https://sigaa.unifesspa.edu.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=25>.

UNIFESSPA. *Projeto pedagógico do curso de licenciatura em história*. Xinguara, 2017. Disponível em: <https://historia-xinguara.unifesspa.edu.br/estrutura-curricular.html>.